

O PETROLEIRO



Edição 68 - Junho de 2022

O jornal da categoria petroleira de Minas Gerais

www.sindipetro.org



**Contra a entrega da Regap,
o caminho é a luta!**

Artigo

Em defesa dos nossos empregos, dos nossos direitos e do patrimônio do povo mineiro!



Tem sido duro vivenciar o que tem acontecido no Brasil. Para além da fome e do desemprego de milhões, a inflação corrói a renda dos mais pobres com mais um aumento criminoso nos combustíveis. A Petrobrás, que deveria ser uma solução para o país superar crises e se desenvolver, virou um “problema” nas mãos de um governo entreguista e incompetente.

Como categoria petroleira - entre próprios e terceirizados, da ativa e aposentados -, essa percepção é ainda mais dolorosa, por sabermos que a empresa onde trabalhamos diariamente poderia estar a serviço da soberania e do desenvolvimento do nosso país, e não de um projeto anti-povo que beneficia poucos às custas do sofrimento da população brasileira. Como se não bastasse, mesmo com lucros astronômicos destinados a acionistas privados e estrangeiros, a gestão bolsonarista da Petrobrás inicia as negociações sobre o acordo coletivo dos petroleiros com uma contraproposta com graves e profundos ataques aos nossos direitos.

Diante de um processo tão intenso e profundo de destruição do futuro da nossa categoria e da classe trabalhadora brasileira como um todo, muitos de nós entendem que as eleições de outubro de 2022 serão uma oportunidade de estancar essa sangria. Infelizmente, diante das atuais pesquisas eleitorais e do risco de que esse processo seja interrompido com a derrota de Bolsonaro nas ruas, a destruição do Brasil tem sido acelerada.

Além de uma proposta de

acordo coletivo que ataca profundamente petroleiros da ativa e aposentados, a privatização da Eletrobrás, a aceleração do processo de venda das refinarias e as ameaças de privatização completa da Petrobrás no Congresso Nacional acendem um alerta para a nossa categoria e para todos aqueles que defendem o patrimônio nacional. A Regap, em processo avançado de privatização, pode ter a sua venda autorizada pela gestão bolsonarista da Petrobrás a qualquer momento!

Esse momento de emergência exige o envolvimento de toda a sociedade para impedir a saída da Petrobrás de Minas Gerais, justamente pelos altos riscos para a sociedade mineira. Além dos impactos para a arrecadação, empregos e investimentos na região, a venda da Regap poderá resultar em preços do gás, diesel e gasolina ainda mais altos. Foi o que aconteceu na Bahia, após o fechamento da venda da refinaria RLAM: os baianos pagam hoje a gasolina mais cara do Brasil!

É momento de intensificar todas as nossas frentes de luta contra a privatização, seja na questão jurídica, na articulação política com o poder público e órgãos competentes e em iniciativas de comunicação. Mas, acima de tudo, será necessário que a nossa categoria, de longa história de luta e resistência contra as privatizações e em defesa do nosso ACT, coloque seu time em campo e construa uma grande e histórica mobilização em defesa dos nossos empregos, dos nossos direitos e do patrimônio do povo mineiro.

Contraproposta da Petrobrás para o ACT retira direitos

No dia 20/06, aconteceu a primeira reunião da mesa de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2022/2023) com representantes da categoria e do RH do Sistema Petrobrás. A primeira contraproposta da empresa não atende a pauta aprovada pela categoria e entregue no dia 2 de junho. Entre outras cláusulas, a empresa propõe o reajuste salarial muito abaixo da inflação e mais perdas em relação ao custeio da AMS.

“No mesmo dia em que a Petrobrás pagou 48,5 bi aos acionistas, ela propôs um acordo ridículo aos trabalhadores que retira direitos e não repõe nem a inflação. Não vamos permitir mais esse ataque à categoria”, afirma o coordenador do Sindipetro/MG, Alexandre Finamori.

A contraproposta foi considerada indecorosa pelo coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, que participou da mesa de negociação. “Enquanto a empresa distribui dividendos bilionários para acionistas, ela pediu “resiliência” para as petroleiras e petroleiros. Saímos desta reunião indignados”, declara



rou Bacelar.

Como contraproposta, a empresa propõe:

- Reajuste de 5% na tabela de salário básico, RMNR, adicional de permanência no Amazonas, VA/VR e benefícios educacionais.
- Gratificação de campo terrestre de produção: descontinuidade.
- Serviço extraordinário: acréscimo de 50%, exceto em caso em que a legislação preveja diferente.
- Banco de horas: todas horas extras serão creditadas no banco de horas
- Feriado turno: remunerado com acréscimo de 50% 1 de janeiro, segunda e terça carnaval até meio dia de quarta-feira, 1 de maio e 25 de dezembro, suprimindo feriados.
- Hora extra troca de turno: de 75% para 50% adequado a legisla-

ção

- AMS: Retirar do ACT, deixando a gestora do Plano a APS com custeio de 50X50, oficializando descontos abusivos.

- Segurança no emprego: Exclusão do parágrafo 4, cláusula 42 para a inclusão de uma nova cláusula para: “Gestão ativa de portfólio”

- Jornada de trabalho TIR – turno ininterrupto de trabalho nas áreas administrativas/não industrial em ambiente não confinados: a empresa poderá implementar o turno de revezamento de 12h mantendo a relação de folga 1x1

- Teletrabalho: a empresa quer aprender e promover o seu aperfeiçoamento antes de regrar no ACT

- Vigência do acordo de 01 ano com manutenção da data-base em 01/09/2022

Refinarias nacionais estão sendo vendidas abaixo do valor real

Sociedade brasileira já paga a conta da privatização da RLAM e desmonte do Sistema Petrobrás

Desde o início das vendas das refinarias da Petrobrás, o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP) tem denunciado que as unidades vendidas pelo governo Bolsonaro estão sendo entregues por um preço abaixo de seu valor real. A Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor), em Fortaleza/CE, vendida em maio de 2022, por exemplo, foi negociada por R\$34 milhões, 55% do seu valor real.

Sob o argumento de enxugar o Estado e permitir o fluxo de capitais estrangeiros, os entreguistas destroem as empresas estatais e retiram do povo brasileiro o seu direito de se desenvolver industrialmente, assim como de ampliar a sua qualidade de vida.

Vendas de refinarias traz prejuízo
Também vendida abaixo do seu valor real, a entrega da Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor), em Fortaleza/CE, causará impactos diretos às contas das prefeituras da região nordeste. A venda da refinaria cria um monopólio privado na produção de asfalto e de lubrificantes naftênicos. Com a Lubnor sendo gerida por uma empresa privada, as prefeituras locais não terão mais garantida a função social da refinaria e nem o compromisso com o desenvolvimento regional.

Por sua vez, a RLAM já realizou oito aumentos no preço dos combustíveis em apenas cinco meses de gestão da Acelen. Os postos de combustíveis no estado da Bahia têm comercializado a gasolina co-

mum por um preço máximo de R\$8,42. Quanto ao óleo diesel S10, o combustível está sendo comercializado na Bahia com o preço máximo de R\$8,26. A média nacional para ambos os combustíveis é de R\$7,81. Os dados foram coletados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível entre os dias 29 de maio de 2022 e 4 de junho de 2022, e estão disponíveis no site da agência.

Os efeitos das privatizações realizadas pelo governo Bolsonaro já começam a ser visíveis para a sociedade brasileira. O setor de petróleo e gás deve ser visto como estratégico para, além de controlar a inflação, garantir à população uma vida digna e de bem estar. Para isso, é um dever de todos, lutar em defesa da Petrobrás estatal!

Sai caro

Se a Regap for vendida, quem vai pagar a conta é a população mineira

Refinaria mineira aquece a economia do estado e tem uma grande importância estratégica

A Petrobrás tem sido fiada e entregue para a iniciativa privada e ao capital estrangeiro. Devido às políticas impostas pelo presidente Jair Bolsonaro à Petrobras, a empresa é submetida aos interesses de acionistas e especuladores, sendo gradualmente privatizada e conduzida dentro de uma lógica privada, onde a máxima é o lucro acima de tudo. Os resultados são divididos em recordes para acionistas, às custas do sucateamento de equipamentos, piora das condições de trabalho e aumento do preço dos combustíveis.

A população brasileira amarga uma grave crise econômica e social, com os preços dos combustíveis contribuindo para aumentar a inflação. Os mineiros vivem uma das piores situações do país. O preço médio da gasolina em Minas Gerais foi o terceiro mais alto do Brasil em abril de 2022. O preço médio por litro, no estado, chegou a R\$ 7,636, ficando atrás apenas do Piauí e do Rio de Janeiro. Na capital, Belo Horizonte, o litro de gasolina chega a ser vendido por R\$ 7,89, com uma alta de 63% em apenas um ano!

As ameaças de privatização total da Petrobrás, a entrega, em maio, da refinaria Lubnor (Ceará)

e os rumores envolvendo a privatização da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim, deixam a categoria petroleira ainda mais alerta. O Sindipetro\MG tem encaminhado várias ações no âmbito jurídico, comunicação e articulações políticas, juntamente com a mobilização da categoria, contra a privatização da Regap e denúncia de sucateamento da empresa, uma praxe nos processos que antecedem a venda das refinarias.

O preço médio da gasolina em Minas Gerais foi o terceiro mais alto do Brasil em abril de 2022

Atentado à soberania

Em 2019, o governo federal iniciou o processo para vender oito das 13 refinarias da Petrobrás, resultado de um acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Desde que a Regap foi incluída no “plano de desinvestimento” do governo federal, tem sido vítima de um profundo enxugamento de investimentos. Em 2020, sofreu uma queda de

8,9% de produção. O Sindicato tem denunciado a política praticada pelo governo federal na Petrobrás como um atentado à soberania nacional e energética.

Com a justificativa de desfazer o monopólio público, monopólios privados são criados e aumenta a prática de preços abusivos, como é o caso da Acelen (antiga RLAM), na Bahia. O Brasil e o estado de Minas Gerais tem tudo para produzir e refinar o petróleo e entregar derivados a baixo preço, mantendo uma boa margem de lucro, mas a política do governo federal é a de entregar as refinarias por preços baixos, sem considerar todo o investimento feito pelo povo para construí-las. “Qualquer empresa que queira construir uma refinaria no Brasil pode, mas ninguém quer fazer isso por ser um investimento com retorno de longo prazo. Empresas como a Shell e outras que atuam no país há anos nunca construíram refinarias. Elas preferem comprar as da Petrobrás a preço de banana”, ressalta o coordenador geral do Sindipetro\MG, Alexandre Finamori.

Privatização da Regap trará redução de impostos e desemprego
Com mais de 50 anos de ope-

Consequências da privatização



Queda na arrecadação de impostos

Os novos proprietários podem interromper a produção e utilizar a refinaria para outras finalidades, como a tancagem. Menor produção, menos impostos gerados nas regiões onde elas estão.

Demissões em massa

Para reduzir custos ou para recuperar o investimento gasto na compra, somente parte do quadro de funcionários é mantida

Aumento de preços dos combustíveis

A refinaria não estará mais integrada com a cadeia de petróleo já estruturada da Petrobrás, o que aumenta custos e a empresa busca recuperar o investimento feito na compra, aumentando os preços

Ameaça a independência energética

Se o Brasil perder a metade de sua capacidade de refino, perde a possibilidade de se tornar autossuficiente na produção de combustíveis

Risco de aumento de acidentes

Após privatizada, é comum a empresa reduzir seus investimentos na segurança dos funcionários e na manutenção preventiva da estrutura e equipamentos

Imagem: Sindipetro/MG

ração, a Refinaria Gabriel Passos é um dos grandes patrimônios do povo mineiro. A refinaria mineira da Petrobrás aquece a economia de Minas Gerais e tem uma grande importância estratégica por estar interligada por dutos, gasodutos e ferrovias que viabilizam o transporte dos derivados para outros estados. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), movimenta uma ampla rede de serviços e logística, gerando mais empregos e renda de forma indireta. Como uma das maiores pagadoras de impostos (ICMS) de Minas Gerais e da cidade de Betim (onde está localizada), muitos empregos serão cortados se a empresa for privatizada.

O pagamento dos tributos é uma forma de contribuição da

refinaria para a economia mineira. Segundo relatórios da companhia, a Petrobrás foi responsável por 16,5% do ICMS arrecadado em Minas Gerais em 2021. Uma prática comum no setor privado é o pedido de renúncia fiscal ao governo. Com a privatização da Regap, certamente haverá redução no recolhimento de impostos, com prejuízos para o financiamento de serviços públicos nas áreas de saúde, educação e segurança, além de investimentos na região. Basta lembrar que a Fiat, também operando em Betim, recebe diversos tipos de vantagens fiscais. Com a Regap privatizada, a RMBH ficará refém dos altos preços do setor privado, que tem como foco a geração de lucro para si, e não o desenvolvimento regional e do povo.

Regap em números



Produção

48% da produção da Regap é de óleo diesel e 24% de gasolina, ou seja, 72% referem-se aos dois principais derivados básicos. É também responsável por quase 7% do refino nacional.

Complexidade

Em 1970, a Regap tornou-se uma refinaria completa, com unidades de destilação atmosférica e um parque de tanques adequado à sua produção.



42,6 “Mineirões”

Construída em 1963, a Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim/MG, foi erguida sobre uma área total de 12.800.000m². A área equivale a 42,6 vezes a área total do Estádio do Mineirão. sua área industrial é de 2.305.515m²





Categoria se mobiliza contra a venda da Regap

Requerimento de deputado federal solicita realização de Audiência Pública

O Sindipetro\MG acompanha em alerta as notícias que sinalizam a possibilidade do processo de venda da Refinaria Gabriel Passos (Regap) estar em estágio avançado, com oferta a ser encaminhada e aprovada pelo Conselho de Administração nos próximos meses. A categoria petroleira tem realizado atos e ações contra a privatização da Petrobrás e, em Minas, reuniões setorializadas mostraram que a categoria está disposta a lutar contra o desmonte da Petrobrás e, principalmente, pela garantia de condições de trabalho dignas de trabalho na Regap.

Diante da iminência de venda da Regap e dos riscos para a garantia dos empregos e direitos da categoria mineira, o Sindicato está formulando uma pauta de reivindicações local que será em breve discutida com os trabalhadores e apresentada à gerência da Regap. “A gerência local segue com o discurso de que não sabe de nada, enquanto a direção bolsonarista da Petrobrás acelera a privatização da empresa de forma obscura, por debaixo dos panos e a preço de banana”, afirma Alexandre Finamori, coordenador geral do Sindipetro\MG.

Desde que a refinaria foi colocada no plano de desinvestimento do governo federal, o Sindipetro\

MG tem tomado todas as medidas para barrar a venda da Regap e organizado a luta de resistência da categoria. Para além da luta pela garantia dos direitos e condições de trabalho da categoria, o Sindicato intensificou a denúncia sobre os impactos da saída da Petrobrás de Minas para a sociedade mineira, que terá que arcar com mais aumentos nos preços dos combustíveis após a privatização, como ocorreu na Bahia. Dentro da Campanha Petrobrás Fica em Minas (www.petrobrasficamg.com.br), peças publicitárias estão sendo divulgadas na mídia, com inserções em rádios, outdoor e jornais.

No âmbito das articulações políticas para questionar a venda da Regap, em breve, deverá acontecer uma audiência pública por solicitação do deputado federal Rogério Correia (PT\MG). Após reunião com diretores do Sindipetro\MG, ele protocolou requerimento que solicita à Câmara dos Deputados a realização de Audiência Pública na Comissão de Legislação Participativa para discutir a ameaça de privatização da Regap. O deputado também solicitou explicações quanto à presença ostensiva do Exército Brasileiro no interior da refinaria, nos dias 7 e 8 de junho.

Impactos da privatização

Petroleiro da RLAM relata sofrimento e perda de direitos após privatização

Os trabalhadores terceirizados são os primeiros a sentirem o impacto de uma privatização

Trabalhadores próprios e terceirizados da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), em São Francisco do Conde/BA, têm convivido com o medo e insegurança causada pela recente privatização da unidade. Em entrevista concedida ao Sindipetro/MG, o petroleiro e diretor do Sindipetro/BA, Jairo Batista, relata o sofrimento dos trabalhadores locais quanto a perda de direitos e piora das condições de trabalho na refinaria.

Quando uma empresa estatal é privatizada, não é apenas a sua estrutura física que está à venda. Os seus trabalhadores, próprios ou terceirizados, também são vendidos durante o processo. A venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), é uma ilustração (infeliz) dos impactos que a privatização causa na vida dos trabalhadores.

“Logo quando se anuncia a privatização, o primeiro impacto é o medo, as incertezas. O ambiente de trabalho começa a ficar inóspito. Os próprios gestores, atendendo às ordens daqueles que querem privatizar, começam a colocar a situação da relação de trabalho um pouco desconfortável. Eu diria que o primeiro impacto para os trabalhadores é a intranquilidade para realizar o seu trabalho” afirma Jairo Batista, ao responder para o Sindipetro/MG sobre os impactos diretos que a privatização causa aos trabalhadores.

Impactos para os petroleiros terceirizados

Os trabalhadores terceirizados são os primeiros a sentirem o impacto de uma privatização. Isso



porque, a primeira coisa a acontecer após o governo decidir privatizar uma empresa, é a redução de contrato com as suas prestadoras de serviço.

“No nosso caso [da Petrobrás], a partir do golpe, as relações de trabalho com os trabalhadores terceirizados já começaram a apresentar uma carga de perda de direito. Então, os primeiros impactos na perda de direitos foram com os terceirizados. E, inclusive, tivemos exemplos de diminuição de salários de forma brusca de contratos que se prosseguem e condições de trabalho muito mais precarizadas” informa Jairo Batista.

Como exemplo desses direitos perdidos, o petroleiro destaca que os petroleiros terceirizados já vem há alguns anos sofrendo com a redução salarial, assim como a redução na qualidade de seus planos de saúde e de suas alimentações no serviço.

“Nós tínhamos uma cláusula que garantia que essas empresas não dessem calote nos trabalhadores. Nela, nós pedíamos também à empresa, à própria Petrobrás, alguns direitos que, infelizmente, empresas privadas teimam em não oferecer, como um plano de saúde

de qualidade, uma alimentação de qualidade. Então, com o processo de privatização, essas empresas privadas que vieram, em especial a que comprou a RLAM, tem negligenciado de forma muito profunda essa questão dos alimentos, essa questão do plano de saúde que, até para os próprios, da empresa que comprou a RLAM, não terão direito na aposentadoria.”

Piora das condições de trabalho

A privatização de uma empresa é seguida por demissões de trabalhadores de diversos setores. Aos que ficam, resta um ambiente de trabalho inóspito, de contingente reduzido e jornadas exaustivas.

“Tudo isso porque a lógica implantada para aqueles que querem privatizar a empresa é trazer ela ao máximo para o ambiente de uma empresa privada, um ambiente de empresa em que só perquiria exclusivamente o lucro” comenta Jairo Batista. “Os trabalhadores temido a capacidade de resistir. E esse momento é de resistência, para que posterior possamos reestabelecer um ambiente de trabalho de fato saudável conforme determina a constituição e as leis trabalhistas” complementa.

